

Junto aos Rios da Babilônia: Um estudo acerca da história de Israel no exílio

Aluno: Michel Alves dos Santos

Orientadora: Prof^a Maria de Lourdes Corrêa Lima

Introdução:

Em 597, Jerusalém sofre a sua primeira invasão pelas tropas do rei babilônico Nabucodonosor e tem o seu Templo saqueado. O então rei de Judá, Joaquin (597), que herdara há poucos meses um reino em guerra contra a maior potência de então, paga, juntamente com sua corte e boa parte da elite de Judá, pela errônea decisão de seu pai, Joaquim (608-598), de revoltar-se contra o domínio da Babilônia. Assim, parte da elite judaíta é deportada. Para governar Judá, Nabucodonosor impõe o ambíguo rei Sedecias. Este movido por sua corte descontente com o jugo babilônico, em 589 se revolta contra sua suserana a qual, após um cerco de dois anos a Judá, entra em Jerusalém, destrói o templo e a cidade, fazendo com que os filhos mais ilustres de Judá morram pela espada ou sejam deportados. É com a deportação de 587/6 que tem início a fase mais importante da solidificação do judaísmo enquanto religião.

O presente trabalho busca fazer uma reconstituição e análise do período do exílio na Babilônia (587-538). O foco do estudo compreende o tempo que vai da primeira deportação em 597 até 538, data em que Ciro rei da Pérsia assina o edito que permite o retorno dos deportados de Judá para a sua pátria.

A pesquisa se propõe realizar um estudo acerca da situação real dos deportados de Judá na Babilônia, buscando compreender o que foi o exílio tanto na perspectiva da abordagem histórica quanto na percepção subjetiva dos deportados. Neste sentido, o trabalho procurou estabelecer um diálogo entre as fontes bíblicas e os dados apresentados pelos historiadores acerca da Babilônia e, deste modo, compreender até que ponto a Bíblia e os fatos narrados nela durante este período são seguros para uma apreciação objetiva da história de Israel e da Babilônia no momento histórico em questão.

I - O Império Neobabilônico (626-539)

O império Neobabilônico tem início com a ascensão de Nabopolassar (626-604) ao trono babilônico aproveitando-se da morte do último imperador assírio, Assurbanipal (688-626), em 626. Este rei é o fundador da última dinastia que governou uma Babilônia independente.

Nabopolassar foi sucedido por Nabucodonosor (605-562) no governo do império babilônico. Nabucodonosor II foi o rei mais prestigioso da Babilônia, porém se tem poucos dados a respeito da vida pessoal dele, ainda que este tenha deixado numerosas inscrições com o seu nome. Isto ocorre porque os textos que dispomos são dedicatórios e trazem informações somente acerca das atividades políticas do monarca e mesmo a inscrição “Uadi-Brisa” descreve apenas de maneira genérica a expedição militar desse monarca no Líbano. Esse texto discorre mais sobre as obras realizadas por Nabucodonosor na Babilônia em honra aos deuses locais.

Sabe-se que Nabucodonosor foi casado com uma princesa da Média, a filha de Ciáxares como parte do acordo político (614) de seu pai, Nabopolassar, e Ciáxares, o governante da Média, com o intuito de firmar a nova dinastia babilônica e derrotar o exército assírio. Não se tem notícia se ela era a única esposa de Nabucodonosor. A filha mais velha de

Nabucodonosor, Kashshiya, casou-se com Neriglissar, um dos generais babilônicos, que era um homem poderoso na região oriental do Império.

Em 601, Nabucodonosor querendo atacar diretamente o Egito sofreu uma derrota que fez com que o rei de Judá Joaquim, contrariando o profeta Jeremias, rompesse abertamente como rei da Babilônia. Isso fez com que, em 598, Nabucodonosor assediasse Jerusalém e a cidade caísse em seu poder no dia 16 de março de 597. Neste mesmo ano ocorreu a primeira deportação e a pilhagem do Templo de Jerusalém. O rei Joaquim com sua família seus funcionários e a elite da população foi nesta ocasião mandado para o exílio. O tio de Joaquim, irmão do rei Joaquim, chamado Matanias, assume o poder com o nome de Sedecias, de acordo com a disposição do rei vencedor.

Este rei babilônio ainda marchou contra Judá em 587 e nesta ocasião não somente subjugou completamente o reino como também deixou Jerusalém em ruínas, como se lerá mais abaixo. Após destruir Jerusalém, Nabucodonosor fez uma campanha militar para o Oeste a fim de se confrontar com Hofras (Áprias) Faraó do Egito (589 – 570). Nesta campanha em 585 a cidade de Tiro foi sitiada por treze anos e conseguiu bloquear os ataques de Nabucodonosor por treze anos, o que lhe rendeu a permanência num estado de semi-independência, mesmo reconhecendo a suserania babilônica.

Nabucodonosor aproveitou-se da morte de Hofras para em 568 invadir o Egito, não para conquistá-lo, mas para demonstrar poder e prevenir o Egito de fazer intervenções na Ásia. Esse remédio deu certo tanto que depois desse episódio as relações entre Babilônias e Egito tornaram-se amigáveis.

O império de Nabucodonosor II com o tempo tornou-se maior do que o que fora perdido por Assurbanipal. A política externa do imperador neobabilônico era realizada por meio da diplomacia e da e da crueldade para manter os seus domínios em boa ordem. No plano interno, o apoio popular era mantido por meio do cerimonial público e do ritual religioso. O rei aplicou boa parte dos tributos e butins no desenvolvimento urbano, principalmente da capital, Babilônia, que já tinha estabelecido o seu mapa interno com as principais ruas e bairros antes mesmo da ascensão do império neobabilônico. Porém, a Nabucodonosor se deve a construção de sua residência no palácio sul, bem como um templo para Nimurto, as muralhas, o cais do Arathu (Eufrates) e a construção do Etemenanki (“Fundação do Céu e da Terra”, chamada pelo povo hebreu de “torre de Babel”) ou Zigurate. Esta última obra citada demorou 43 anos para ficar pronta. O Etemenanki foi o maior zigurate construído na Mesopotâmia e representava a vitória da Babilônia sobre seus inimigos. Leick afirma que nesta obra foram gastos, pelo menos, 17 milhões de tijolos e que “a visão do edifício, mesmo antes de sua conclusão, causou tal impressão aos judeus exilados que a história da Torre de Babel jamais seria esquecida” [1]. Esse imperador também foi o responsável pela restauração de velhos templos, ampliação da cidade de Babilônia e pela construção do “muro dos medos”, entre Sippar e Akshak.

Contudo, devido à intensa atividade bélica de Nabucodonosor, que competia com o Egito para estabelecer um vasto império no oriente, a restauração interna da Babilônia, encetada por Nabopolassar, embora não tenha parado, prosseguiu em escala desigual. A Babilônia, devido aos dez anos de guerras civis, possuía canais abandonados, plantações devastadas, cidades em ruínas. Esse pormenor, entretanto, não impede de reconhecer que durante os 43 anos de reinado de Nabucodonosor a Babilônia tenha se tornado a metrópole do mundo.

Com a morte de Nabucodonosor, subiu ao trono do império o seu filho Amil-Marduk que reinou por apenas dois anos (562-560). As lembranças acerca deste rei são contraditórias. Segundo Flávio Josefo [2] era um rei duro, porém, de acordo com os historiadores bíblicos, usou de clemência para com o rei Joaquim, conforme se lê em 2 Rs 25,27-30 e Jr 52,31-34.

Em 560, Neriglissar (Nergal-shar-usur), após matar seu cunhado, Amil-Marduk, tomou o poder e reinou por quatro anos na Babilônia. Deste rei se tem apenas textos dedicatórios que comemoram a restauração do templo e do palácio da Babilônia e o fragmento de uma crônica que relata uma expedição dele à planície de Adana, episódio que deixa entrever a sua personalidade enérgica. Neriglissar morreu um pouco depois de uma campanha militar contra a província de Anatólia.

Com a morte de Neriglissar, seu filho, Lābāshi-Marduk, assumiu o poder em Babilônia, porém este é assassinado após dois meses de governo por conjurados que colocam no poder Nabonido (Nabu-na'id) que teve imediatamente a sua autoridade contestada, conforme afirma Garelli [3].

Nabonido (556-539) era filho de um governador (shakkanakku) de provável origem aramaica, apesar do nome babilônio (Nabū-balatsu-iqbi), e de uma grã-sacerdotisa do deus Sīn de Harrã, Adad-guppi'. Nabonido tinha uma intenção de dar continuidade ao império de seus antecessores. Isso fica manifesto em suas inscrições e na autobiografia de sua mãe escrita sobre os cuidados dele. Vale destacar a influência desta mulher na sua devoção para com Sīn, que orientou o referido rei em suas principais decisões [4].

Nabonido, durante o seu reinado, renovou substancialmente os santuários de Sippar. Esse rei, devido à sua dificuldade com os sacerdotes de Marduk, que habitavam na capital, restaurou antigos cultos em alguns centros provinciais do reino. Ele também restaurou o antigo cargo de naditu – mulheres consagradas ao deus Chamash que se dedicavam à oração e tinham funções administrativas de bens econômicos e não se casavam. Esse cargo teve grande importância no antigo império babilônio.

Nabonido também reconstruiu o Ehulhul, templo de Sīn que desde a expedição de 610 fora deixado em ruínas. Após realizar campanhas para sufocar revoltas na Cilícia e na Síria, em 553, Nabonido partiu para a Arábia, onde permaneceu por dez anos impedindo, assim, a celebração das festas do Ano Novo em Babilônia. A estada deste rei no Oasis de Teima por tanto tempo permanece uma incógnita. O único motivo perceptível é o fato de Teima ser um grande centro lunar. Essa única motivação é contestada. Afinal, em Teima o rei babilônio ampliou o seu controle sobre a cadeia de oásis na direção Sul até Medino (Yathrib). Contudo, a primeira tese ganha força quando se observa a tentativa de Nabonido de imposição do culto a Sīn na Babilônia, que impeliu a revolta dos sacerdotes já descontentes com o reforço do controle estatal sobre a administração dos templos, como informa Garelli [5].

Durante o governo de Nabonido, o reino da Média era uma ameaça potencial e o maior inimigo externo de Babilônia, pois os medos já haviam tomado os territórios do antigo Urartu e alcançado à Capadócia. Em 556, estes ocupavam as imediações de Harrã, onde, no dizer de Nabonido, suas forças eram consideráveis [6]. Neste sentido, não é de estranhar que Nabonido tenha apoiado revolta de Ciro, um rei vassalo de Anshan (sul do Irã) e da casa dos Aquemênidas relacionado com a dos reis medos, contra o rei Astíages (585-550), filho de Ciáxares. Com essa revolta Ciro assumiu o controle do Estado Meda.

Entretanto, assim que assumiu o poder, Ciro encetou uma grande campanha de ampliação dos seus territórios. Diante do terror persa, Nabonido tentou formar uma aliança com o Faraó do Egito, Amasis (570-526), e o rei da Lídia, Cresa (c.560-6 547/6), para barrar o avanço do Império Medo. Entretanto, em 547/46, Ciro invade a Lídia e varre a Mesopotâmia, retirando da área de influência babilônia o Norte da Síria e a Cilícia, bloqueando assim a possibilidade de ação do Egito e deixando a Babilônia isolada.

Em 542, o Ehulhul foi solenemente inaugurado em Harrã e Nabonido deixou Teima. O retorno do rei permitiu a retomada das celebrações religiosas. Porém essas medidas parecem não terem surtido os efeitos desejados, pois em 29 de outubro de 529 Ciro entrou triunfante na cidade de Babilônia, após o destacamento de Gobrias entrar de surpresa na cidade e matar Baltazar em seu palácio e aprisionar Nabonido. O destino final de Nabonido é incerto.

Xenofonte afirma que ele foi executado por Ciro (Cir., VII, V, 30). Josefo, por sua vez, citando Beroso (Contra Apião, I, VI) conta que o rei fora exilado em Cármania. Essa última medida parece ser mais condizente com a tolerante política de Ciro. Este não modificou as tradições locais. Apenas assumiu o título de “rei de Babilônia, rei dos países”. Nomeou Gobrias governador da região a qual na prática era apenas uma província do império Persa. Ciro se empenhou em restaurar os santuários e assegurar a continuidade das celebrações religiosas. Este imperador tinha um grande respeito pelos cultos indígenas. Isso fez com que ele promulgasse em 538 vários editos para vários povos dentre os quais um edito permitindo que os judeus deportados voltassem para a sua pátria levando de volta os objetos preciosos pilhados de seu templo em Jerusalém. Na prática, Ciro, o adorador de Ahuramazda, considerava-se o escolhido por Marduk, conforme o próprio Ciro relata no Cilindro de Rassam [7], para governar o mundo e tornou-se o “ungido” e o “pastor” de YHWH, conforme dirá Garelli [8].

II - Babilônia

1) Localização

A cidade de Babilônia ficava na Baixa Mesopotâmia, no vale pluvial, à margem do rio Eufrates, a sudeste da região onde os rios Tigre e Eufrates mais se aproximavam um do outro, ao norte do atual Golfo Pérsico, numa região extremamente plana. Os mencionados rios atingiam seus níveis mais baixos em setembro e outubro. O período de cheias deles, embora renovassem a fertilidade dos solos anualmente, ocorria próximo à colheita. Por isso, a região precisava de um complexo sistema de drenagem que impedisse a salinização do solo. Isso fez com que o povoamento da região somente começasse a ocorrer após o V milênio antes de Cristo, pois seu solo era pouco adequado a agricultura primitiva de chuva. Outro problema da região era a constante mudança do leito do Eufrates. Esse rio tinha três canais naturais que cortavam a cidade da Babilônia desde o final do segundo milênio antes de Cristo. Esta região também era desprovida de madeira, pedras e minérios.

A cidade era um retângulo de 2,5Km x 1,5 Km cercada por duas muralhas em paralelo e rodeada por um canal oriundo do Eufrates. Babilônia tinha uma beleza sem igual na antiguidade. Nesta cidade havia uma estrada ladeada de muros de tijolos enfeitados e envernizados que partia de um campo ao norte. Esta estrada terminava na porta de Ishtar que era ornada da mesma maneira que os muros. A porta de Ishtar era a entrada de um palácio real que mais parecia com uma cidade administrativa que tinha uma área de 60000 m². Esse palácio tinha cinco pátios, escritórios, salas de recepção, estabelecimentos comerciais, aposentos reais, e os famosos jardins suspensos da Babilônia. No centro da cidade havia ainda o santuário Eságil, que “funcionava como um palácio real, residência e área de recepção para as deidades visitantes” [9], com o Zigurate Etemenanki, que era o templo de Marduk (16000m²).

A cidade possuía mais de cinquenta santuários “construídos conforme planos similares e dedicados a outras divindades, como Nabū, Ishtar, Tashmētum, Gula, Ninmah, Ninurta, addad, e Nergal”, como informa Garelli [10]. Estes santuários ficavam nas proximidades do templo principal e eram englobados por uma muralha que delimitava o território sagrado.

Na cidade havia ainda o caminho processional que era uma rua pavimentada que ligava o Zigurate, na direção norte, até a porta de Ishtar e Belet-ili, do lado leste, e, pelo templo de Nabu, à direita e contornava o palácio real ao sul. Esse caminho ia até a casa do Festival que ficava fora dos muros. Esse percurso era percorrido para a “partida cerimonial e o regresso do exército sob o comando pessoal do rei” [11]. Essa rua levava o nome babilônio de ai-ibur-sabuque significa: “Que não prospere a orgulhosa”.

As divindades que ficavam no Eságil eram levadas para a Babilônia por ocasião das celebrações do ano novo, caso pertencessem a uma província do império, ou ficavam na cidade por um tempo indeterminado, caso pertencessem a um povo subjogado pela Babilônia.

Durante o período neobabilônico o território do centro urbano da capital, Babilônia, expandiu de 2,5 Km² para 8 Km². O Eufrates era o meio mais importante de tráfego, tanto que a este rio todos os principais rios levavam. O Eufrates era cruzado por várias pontes no interior da cidade, incluindo, até mesmo uma ponte de pedra.

2) População

A língua predominante na Babilônia é o aramaico, que tem a sua origem na fusão das línguas semitas da região. Essa língua tem um caráter marcadamente aglutinador. Isso favoreceu a transformação da Babilônia num vasto império, no período neobabilônico, já que o aramaico era falado de um extremo ao outro do Oriente Próximo.

A língua também ajuda a compreender a coexistência de variados grupos étnicos com diversos padrões de organização política, na Babilônia. Destes grupos três se destacavam: os caldeus, os sírios e os arameus. Os primeiros eram aqueles de quem descendiam a dinastia reinante em Babilônia. Suas principais tribos eram: Bit Dakkuri, na região sul de Babilônia; Amukani Bit que ficava na região inferior do Eufrates acima de Uruk; e Bit Yakin que ficava no País do Mar, um território pantanoso, em torno da antiga cidade de Ur, no Golfo Pérsico. Essa última tribo era de longe a mais poderosa dos caldeus e dela é que saíam os descendentes da realeza Babilônia. Os grupos tribais sírios, que possuíam cerca de quarenta nomes tribais atestados, viviam em assentamentos minúsculos. Eles não eram unidos politicamente e atuaram apenas na agricultura de subsistência. Eles estavam mais concentrados ao sul, perto da fronteira elamita e a leste do Rio Tigre, longe das principais cidades de Babilônia, ainda que, vez por outra, por causa da fome, chegassem a invadir os ricos campos da cidade de Babilônia. O último grupo era formado por arameus que viviam em comunidades urbanas lado a lado com os caldeus. Sua vida estava centrada nos seus grandes santuários e possuíam uma administração civil própria, porém sujeita à Babilônia.

3) Classes sociais

Na Babilônia, assim como em todo o império, existiam três classes sociais: os senhores, os agricultores e os escravos. A primeira classe era a superiora. Ela era formada pelos mār banī (termo que pode ser traduzido por “gente de bem”). Desta classe provinham principalmente os funcionários da administração civil e religiosa. Este grupo geria seus templos e suas fortunas. Eram também os responsáveis por receber os reis. Os mār banī tinham um grande poder no interior do império até o período de Nabonido, que quis fortalecer o controle real em detrimento dessa classe. Esse fato explica a cólera desse grupo e o apoio dado por eles a Ciro [12].

Abaixo dos mār banī vinham os agricultores. Estes estavam a serviço do templo e podiam ser ikkaru, rendeiros que pagavam uma renda (sūtu) e empregavam outros trabalhadores (sābē: trabalhadores sem emprego), ou errēshu, que eram meeiros e pequenos exploradores que entregavam uma parte do que tinham recolhido (zittu).

Na base dessas classes estavam os escravos. Estes podiam ter várias razões que explicavam a origem de sua condição social: dívidas, venda dos pais, estrangeiros comprados por mercadorias e prisioneiros de guerra. Os escravos não tinham um papel determinante na economia que repousava mais no trabalho de homens livres, porém sujeitos à corvéia.

4) Economia

Antes mesmo da invasão assíria o principal esteio econômico da Babilônia era a agricultura, principalmente da cevada e da tâmara, e a criação de gado. Contudo, após a

invasão, houve a introdução de novas culturas no cenário agrícola, tais como o algodão, certas espécies de madeira e de vinha. A isso se deve acrescer a entrada da Babilônia na Idade do Ferro, fato que favoreceu o desenvolvimento e a expansão das atividades agrícolas babilônias. Neste sentido, convém destacar que sob o domínio assírio, na primeira metade do I milênio antes de Cristo, a Babilônia passou a integrar um grupo de cidades privilegiadas que eram centros agrícolas e manufatureiros, dentre os quais se destaca Nippur, Uruk e Sippar [13].

Os templos de Babilônia, isso vale para todo o império, exerceram grande influência na economia local, pois esses templos eram os maiores detentores de terras, tomavam parte, ativamente, das trocas comerciais e dispunham “de todas as oficinas necessárias ao bom andamento dos negócios” [14]. Sendo assim, a base para se analisar a economia babilônia encontra-se nos templos.

As terras do templo se dividiam em três categorias: terras de cereais, palmares (situados nas orlas dos canais) e terras de pastagem (geralmente abandonadas, em zonas de falda ou em colinas dessecadas). Essas terras podiam ser concedidas em forma de meia aos *errēshu* ou arrendadas aos *ikkaru*. Os palmares podiam ter um regime de empreitadas para as culturas propriamente ditas ou de meia para culturas associadas. Certo número de terras, ainda, podia se tornar prebenda (*isqu*) aos ecônomos do templo e viravam, neste caso, moedas de troca para os funcionários do templo.

4.1) Comércio e indústria

O comércio babilônio, tal como ocorreu na Síria, tinha duas vertentes: externa (importação) e externa (redistribuição). O comércio externo, a longa distância, era caracterizado pela importação de produtos exóticos. Neste comércio merece destaque a atuação dos fenícios que “tiveram papel preponderante nas importações oriundas de países longínquos e, sem dúvida, não era por acaso que o chefe dos *tamkāru* de Nabucodonosor levava o nome fenício de Hanunu (Hannon). Os textos bíblicos também testemunham a importante função de cidades como Tiro e Sídon: ‘A colheita do Nilo era sua renda, e ela [Tiro] comerciava com todas as nações’, lê-se em Isaías 23,3” [15]. A redistribuição interna destes produtos era feita por um circuito no interior das cidades, controlado pela classe dominante. Não se tem um estudo muito detalhado sobre a organização interna das oficinas. Contudo, é bem documentada pelos arquivos dos templos a venda de prebendas correspondentes aos carpinteiros e metalúrgicos que trabalhavam nos templos. As importações realizadas pelos templos, de modo particular os metais, eram trabalhados no próprio templo, ainda que fosse para garantir o instrumental necessário para a agricultura, sob a responsabilidade do *shatammu*. Neste ponto é importante perceber que havia uma integração entre a produção e a troca de produtos entre os templos e o palácio, no que se refere ao circuito econômico interno.

5) Administração

Os funcionários estavam amarrados à autoridade central, tal como no império assírio, por meio de um juramento de fidelidade realizado pessoalmente ao rei. Qualquer violação das obrigações decorrentes das obrigações do juramento era punida pelo rei com a pena de morte e a com execução pública em sua presença.

A administração do império era formada por cinco grupos [16]. O primeiro era o dos intendentes do palácio e era composto de padeiro-mor ou cozinheiro chefe (*rab nuhatimnu*), que era o chanceler do império, o primeiro funcionário do Estado Babilônio; o chefe do arsenal (*rab kāsīrī*); o mordomo (*sha pān ēkalli*); o fiscal do palácio (*rab bīti*) e; alguns pressupostos de menor importância: o administrador, o escriba do harém, o chefe da polícia (*rab rēd kibsi*), o chefe dos correios (*rab kallābī*), o dos escravos (*rab amīlāti*), o copeiro, o chefe dos cantores, o secretário do príncipe herdeiro, o responsável pelo gado, o chefe dos barqueiros e o chefe dos mercadores oficiais (*hanunu*). O segundo grupo era o dos dignitários.

Este era composto pelos “grandes da terra de Akkad” cujo maior era o governador do País do Mar, região do Golfo Pérsico, que para os caldeus consistia no país por excelência e de onde saíra a sua dinastia. O terceiro grupo era o dos “Shangū”, os sumo-sacerdotes administradores de cidades. O quarto grupo era o dos “qīpu das cidades”, os comissários subordinados diretamente ao rei. O último grupo era formado pelos reis das cidades submetidas, mas que gozavam de autonomia local.

Todas as terras pagavam dízimo ao governo e ao templo que ainda exigia oferendas diárias e excepcionais. O governo de Babilônia cobrava o dízimo antecipado sobre todos os domínios e exigia a participação do templo nos trabalhos de interesse públicos e na provisão da mesa real.

No que se refere à relação com as províncias livres, porém submissas ao império, os governantes tinham deveres análogos aos que tinham no período da dominação assíria, ou seja, os governadores, (ou os reis vassalos) eram os responsáveis pela coleta de impostos e tributos para o rei suserano. Esses governantes vassalos ainda eram obrigados a participar dos funerais públicos dos membros da família real suserana.

Os Babilônios não deixaram muitos escritos que revelem os seus feitos na guerra e as suas atrocidades. Isto, porém, como afirma Garelli, “não quer dizer que os babilônios, em particular Nabucodonosor, estivessem menos inclinados a guerrear que os assírios, conforme se sustenta habitualmente” [17]. Essa impressão ocorre devido ao fato de os babilônios não cultivarem anais régios e optarem por escreverem oficialmente, quase que somente, dedicações piedosas e em suas crônicas deterem-se apenas nos registros das campanhas militares, ocultando o ocorrido nestas.

6) Religião

6.1) Deuses e ritos

Babilônia era conhecida como a “Cidade Santa”. Suas estruturas internas foram pouco modificadas pelos dominadores assírios que durante o seu governo favoreceram os templos, porém mantendo estes sob o controle estatal. O templo na Babilônia era o centro da vida religiosa. Ele era a casa do deus, ”a sua residência pessoal entre os homens” [18]. Essa casa era como um palácio, portanto, “ampla e suntuosa como convém a um monarca ou a um grande senhor. No santuário, a estátua divina, de pé no santo dos santos, recebia a adoração e o serviço dos humanos através dos sacerdotes” [19].

Bel e Nebo eram os nomes de duas grandes divindades babilônias: Bel, o “deus do céu e pai dos deuses” e Nebo, filho de Marduk e deus da sabedoria. A primeira divindade era celebrada nas festividades do Ano-Novo quando Bel-Marduk era elevado enquanto o mito da criação (Enuma Elish) era reencenado e as forças do caos consideradas renovavam suas forças para mais um ano [20]. A segunda divindade, também chamada de Nabu, era o deus da escrita e da ciência. Ela gozava de grande popularidade entre os babilônios. Isso se comprova pelos nomes dos reis do império: Nabopolassar, Nabucodonosor e Nabonido. Esta divindade possuía as tábuas do destino. Essas divindades são citadas por Ciro no Cilindro de Rassam [21].

Na cidade de Babilônia, “Marduk tinha seu templo propriamente dito, sua residência, o esagila, e separadamente seu Ziggurat com edifícios anexos, o Etenemanki” [22]. O zigurate era uma torre piramidal que abrigava, no alto, um santuário ao qual se tinha acesso por meio de escadas ou rampas, que eram ocasionalmente encostadas nos edifícios.

Na cozinha do templo era processada uma grande quantidade de alimentos, nem todos apresentados aos deuses. Esses alimentos eram oriundos “das propriedades rurais do próprio santuário e de oferendas do rei, todo o pessoal sacerdotal e de serviço dependente do complexo templário participava de distribuições de alimentos e roupas” [23].

A festa solene do Ano-Novo era a principal celebração da Babilônia. Ela era marcada pela comemoração da ausência e retorno das divindades da natureza. A ausência destas era a causa da seca, enquanto que o retorno benéfico das mesmas era a causa das chuvas e consequente fertilidade das terras. Assim, a liturgia destas festas encenava as estações do ano. As estátuas dos deuses eram levadas para fora da cidade e depois solenemente reconduzidas com aclamações que proclamavam a grandeza de Marduk. Este, após celebrar o seu matrimônio com a terra, fecundaria o solo novamente. Durante a referida celebração era lido o poema da criação no qual Marduk vence Tiamate e é proclamado rei pelos outros deuses [24].

Um importante aspecto que destaca a relação existente entre política e religião na Babilônia é a frequente participação pessoal do rei no festival de Ano Novo. Neste ponto, há algumas semelhanças gerais com a realeza assíria: o rei era abençoado pelos deuses, investido de poder pelo deus supremo do panteão, Marduk. O sacerdote deste deus e seus funcionários, na ocasião, felicitavam formalmente o rei pela sua coroação, desejando-lhe vida longa e vitória contra todos os seus opositores e pediam-lhe para vingar as humilhações e derrotas do passado de Babilônia. Também fazia parte deste cerimonial a entrega formal do selo real, ou as ordens régias dando aos decretos do rei a força de lei. O rei, por sua vez, ao apertar a mão da estátua de Marduk, comprometia-se a ser o protetor do reino contra as rebeliões e sedições. Os governantes, nesta ocasião, também aproveitavam para mostrarem suas tropas e troféus de guerra ao povo da cidade.

6.2) Administração dos templos

O material que versa sobre a administração dos templos em Babilônia trata da administração do Eanna, o grande templo de Ishtar em Uruk. Essa administração era “assumida pelo qīpu do eanna, o shatammu e o escriba principal ou tupshar bīti, que constituíam os qīpāni do templo” [25]. Essa trilogia também se repete na Babilônia. Durante governo de Nabonido, essa estrutura sofreu uma mudança, pois, a partir de 553, o escriba foi substituído por um administrador real (rēsh sharri bēl piqitti) que na hierarquia precedia o qīpu e o shatammu, o qual possuía sua caixa particular. Neste período havia um acordo no qual o shatammu permanecia em Uruk, enquanto rēsh sharri quase sempre estava nos campos nas terras do templo. As tarefas eram bem divididas. O rēsh sharri dirigia os domínios dos templos; encaminhava os camponeses à quitação dos foros; supervisionava o funcionamento e a administração dos estábulos; dirigia os grandes trabalhos de interesse público; era o responsável pela administração real e a cobrança de impostos; e era o responsável por prover a mesa do rei.

O shatammu, por sua vez, elaborava as contas do templo; recebia as rendas e impostos; recrutava os trabalhadores agrícolas; fornecia-lhes alimentos, equipamento e proteção; dirigia as operações comerciais. O shatammu junto com os qīpu eram os responsáveis pelo recrutamento, controle, manutenção e atribuição de tarefas particulares aos oblatos. O shatammu podia autorizar a utilização desses oblatos pelas autoridades municipais sem perder o controle legal deles.

Os oblatos (shirku) do templo não necessariamente eram escravos, mas sim pessoas oriundas de todas as classes sociais. Eles se organizavam em uma sociedade religiosa, shirkūtu. O que havia em comum entre os oblatos era o fato de todos terem sido consagrados a uma divindade pelos pais ou outros cidadãos para conseguir um favor divino ou salvá-los da fome.

No que se refere ao culto, o shangū estava à frente da hierarquia e era o responsável pela administração do templo. O sumo sacerdote era o shatammu. Um enū era o responsável pelas relações entre o templo e a divindade. Havia também um colégio de ērib-bīti, dirigido pelo grande irmão (shesgalhu). Em alguns templos havia a prostituição sagrada sob a direção de uma entu. O templo ainda tinha um considerável número de escribas e serventes recrutados

entre os oblatos das divindades. Na Babilônia havia ainda a figura do adivinho (barū), um examinador, um conhecedor dos mandamentos divinos.

III - Judá

Com a capitulação de Jerusalém em 597, os judaítas passaram a escrever duas histórias: uma no exílio em Babilônia e outra na pátria palestina.

1) A História de Judá no Exílio

Os judeus deportados para a Babilônia eram a nata política, eclesiástica e intelectual de sua terra. Jr 52,28-30 dá os números totais das três deportações (597, 587, 582): apenas 4600 pessoas. Apesar deste número provavelmente levar em conta somente os homens adultos, pode-se supor que o total de deportados não passasse de três ou quatro vezes mais o número citado. A passagem de 2 Rs 24,14.16 afirma ter sido mais de 8 mil o número de deportados na primeira vez. Essa cifra pode ser entendida como um total geral aproximado que inclui mulheres e crianças. Neste sentido, K. Galling acredita que o total das deportações pode ter sido superior a 20 mil judaítas [26].

Com exceção da casa real de Judá que foi enviada para a capital do império (2 Rs 24,15; 25,27-30), os deportados judeus foram utilizados como colonos agrícolas em terras pertencentes à realza babilônia, pois no século VI, sob a dinastia caldéia, as fontes arqueológicas e textuais apontam para “uma retomada demográfica e agrícola das terras da baixa Mesopotâmia” [27]. Esse aproveitamento dos deportados encontra concordância com a carta de Jeremias aos sobreviventes (Jr 29,5-7). O certo é que as colônias de exilados citadas no Antigo Testamento são cinco: TelAbib [colina das espigas](Ez 3,15); TelHarsha[colina de arado] (Ed 2,59; Ne 7,61); TelMelah[Colina de sal] (Ed 2,59; Ne 7,61); KerubAddamImmer [duas ou três cidades desconhecidas] (Ed 2,59; Ne 7,61); e Kasifya (Ed 8,17). Destas a única localizável é TelAbib que está num largo vale a leste da Babilônia na região do Antigo Nippur. Convém destacar que esses deportados não foram dissolvidos entre as populações locais (Ez 3,15; Ed 2,59; 8,17). Mas puderam manter um vínculo forte de identidade.

A situação de Babilônia encontrada pelos exilados não era a das melhores. No império havia terras abandonadas, devido à pantanização ou salinização; sistemas de canalização em dificuldades, precisando de investimentos; antigas cidades em ruínas e em vias de restauração; edifícios desmoronados ou em ruínas. Dentre essas ruínas se destaca a da “Torre de Babel” que eram os restos de um zigurate (alto edifício de templo formado por patamares). Em relação aos zigurates os exilados se impressionaram, não somente com o tamanho dos prédios, mas também com a mão-de-obra empregada na construção que era oriunda de diversos povos, nações e línguas. Esse fato, não rara vezes, gerava uma falta de comunicação durante a execução das obras. Entretanto, os deportados também, em meio a paisagens desoladoras, encontraram núcleos de ordem e produtividade, como os jardins régios.

Os judeus na Babilônia não tinham todos os privilégios dos cidadãos livres, mas podiam exercer suas profissões e adquirir bens. No início se dedicaram a agricultura e ao pastoreio. Mas, aos poucos, eles foram chegando às cidades e praticando o comércio ou fazendo carreira de administração até que alguns se tornaram ricos (Ed 2,65). Os exilados permaneceram agrupados em famílias (Ed 2; Ne 7) nas colônias sob a autoridade espiritual dos anciãos de Israel (Jr 29,1; Ez 8,1; 14,1; 20,1). Estes anciãos, juntamente com os sacerdotes eram os responsáveis, na comunidade judaica exilada, por atualizar as listas de legítimos pertencentes a esta comunidade (Ed 1,6; 2,6ss).

As famílias dos sobreviventes abastados e, sobretudo, dos emigrados voluntários de décadas anteriores, foram inseridas em atividades financeiras e comerciais. Essa inserção ocorreu somente com aqueles que tinham meios para empreender tais atividades. Os emigrados judeus tendiam a se adaptar mais facilmente ao país hospedeiro do que os

deportados à força. Estes últimos procuravam evitar qualquer coisa que pudesse gerar uma consolidação no lugar, pois tinham projetos de reconquista e libertação. Mesmo assim, os deportados, embora tenham mantido a onomástica do seu povo de origem, assimilaram a escrita aramaica no lugar do hebraico e adotaram o nome dos meses babilônios no lugar dos cananeus.

No exílio o rei Joaquin foi tratado como rei de Judá, chegando até a subsistir com uma pensão dada pelo rei babilônio, e era considerado pelos deportados como o legítimo soberano. Estes deportados aguardavam o breve retorno de Joaquin ao trono. O mencionado rei continuou a utilizar, mesmo no exílio, o seu selo real. Até a contagem das datas pelos exilados se dava tendo o rei Joaquin como referência (Ez 1,2) e os remanescentes de Judá desejam seu rápido retorno (Jr 27-29). Na prática Judá tinha dois reis que dividiam a esperança do povo. Essa divisão gerou uma instabilidade entre os judaítas, tanto os exilados quanto os remanescentes, e colocou em confronto o poder sacerdotal, representado pelo sacerdote Ananias que estimulava a resistência ao domínio babilônico, e o carisma profético de Jeremias que mantido em Jerusalém afirmava que a dominação da Babilônia continuaria sobre Judá que, portanto, deveria se sujeitar ao poder opressor sem impor-lhe maiores resistências.

É neste clima de tensão que em 595 os deportados se revoltam na Babilônia e o rei Nabucodonosor ordena a execução dos revoltosos e, entre eles, alguns profetas exilados. Esse é o pano de fundo no qual se deu a escrita da carta de Jeremias (Jr 29) aos deportados da Babilônia.

Por ocasião da revolta, Nabucodonosor também lançou o rei Joaquin na prisão (2 Rs 25,27-30) em 592, por suspeitar de sua cumplicidade no motim. Desta prisão Joaquin será anistiado somente por Amil-Marduc, em 562, após a morte de seu pai.

O culto sacrificial não era possível de ser realizado na Babilônia (Cf: Ez 4,13). Sendo assim, duas as atitudes religiosas mantiveram vivos os sinais da aliança entre YHWH e o povo judeu: o descanso sabático (Ez 20,12ss; 22,8.26; 23,28) e a circuncisão (Gn 2,1-4 a P e c. 17P). Já ao que diz respeito ao culto da palavra, que acabará por resultar no posterior surgimento das sinagogas, existem duas posições sobre o assunto: a de Gunneweg [28], que, baseado nas camadas mais antigas das obras de Dêutero-Isaías e de Ezequiel, acredita, que tanto na Babilônia quanto na Palestina, tenham se desenvolvido no período certas formas novas de celebração da Palavra; e a de Liverani [29] e Donner [30] que afirmam no período babilônico não houve formação, sequer germinal, de sinagogas devido ao peso simbólico do templo de Jerusalém e porque os exilados esperavam um retorno breve para a pátria.

Neste período, os deportados também tiveram uma intensa preocupação em guardar o passado, o que explica a preservação e re-elaboração da “historiografia deuteronomista” desenvolvida neste período. As palavras dos profetas, agora confirmadas e justificadas pelos acontecimentos são preservadas oralmente e por escrita. As leis de culto do código sacerdotal também são compiladas e codificadas neste período para que a forma do culto, no momento desaparecida, não se perdesse.

2) A História de Judá na Palestina

Com a invasão de Nabucodonosor a Judá, este reino passou para o segundo modelo de vassalagem, típico da tradição mesopotâmica. Nesta nova fase o Reino de Judá passou a não apenas se submeter militarmente à Babilônia e lhe pagar impostos, mas também a sofrer uma intervenção militar direta com a deportação do vassalo infiel, neste caso o rei Joaquin. Foi instalada também no Reino de Judá uma dinastia pró-babilônica encabeçada por Sedecias. Além disso, o rei da Babilônia, segundo Jr 13,18-19, reduziu o território de Judá separando Negueb que foi deixada para os edomitas.

Joaquin era considerado, mesmo no exílio, o rei legítimo de Judá e os próprios remanescentes desejavam seu rápido retorno (Jr 27-29). Sedecias era entendido, pelos

remanescentes e deportados, como um administrador. Apesar disso, devido à ambiguidade política de Sedecias, alguns nobres se aproveitaram da situação para se auto-determinarem os remanescentes de Judá e, portanto, os detentores de direito do território (Ez 11, 14ss; 33,24). Esses nobres colocavam as suas esperanças dinásticas em Sedecias (cf. Jr 23,5ss). Essa esperança era um fermento atuante para possíveis revoltas.

O rei Sedecias, ao mesmo tempo em que se opunha a Jeremias, pressionado pelas elites contrárias à dominação babilônica, ia ao seu encontro para saber como agir.

Esse rei, estimulado pela revolta ocorrida na Babilônia em 595/94 (Jr 27), promoveu uma conspiração em Judá contra a Babilônia durante o ano de 594/593. Nesta ocasião a sua corte revoltosa foi movida por embaixadores de Edom, Moab, Amon, Tiro e Sidon os quais se reuniram em Jerusalém (Jr 27,3), com o apoio de profetas que incitavam o povo (Jr 28,2ss). Essa rebelião, porém, não deu em nada e Sedecias enviou emissários à Babilônia (Jr 29,3) ou para lá se dirigiu piedosamente (Jr 51,59) com o intuito de selar a paz e jurar fidelidade a Nabucodonosor.

Como a oposição ao domínio babilônio não perdeu o vigor em Judá, em 589 deflagrou-se na Palestina uma rebelião movida por um patriotismo exacerbado e apoiado numa confiança insana de um apoio egípcio. O próprio Sedecias não estava seguro ao tomar parte na rebelião (Jr 21,1-7; 37,3-10.17; 38,14-23), mas era fraco demais politicamente para se opor à sua nobreza. Esta rebelião marca o fim do estado de Judá. Nabucodonosor, com rapidez e dureza reprimiu a rebelião, sediando Tiro, invadindo o território de Judá e cercando Jerusalém.

Jerusalém resistiu ao cerco por dois anos e sucumbiu em 587 (2 Rs 25.1-3,8; Jr39.1-2; 52.4-12). Nabuzardã, comandante de Babilônia, capturou Sedecias, quando este tentava fugir de noite para Amon, levou-lhe a Rebla, onde o rei de Babilônia executou seus filhos na sua frente e, após isso, cegou os olhos de seu antigo vassalo e o enviou acorrentado para a Babilônia, onde este interventor de Judá morreu (2 Rs 25,6ss; Jr 52,9-11).

A Cidade Santa, sem o seu governante, após um mês de cerco de Nabuzardã, foi invadida, teve as suas muralhas derrubadas, foi incendiada, juntamente como Templo e viu serem enviados alguns eclesiásticos, militares, civis e cidadãos eminentes para Rebla a fim de serem executados e ainda assistiu a uma nova deportação de sua população (Jr 52, 28-32). Somente os camponeses das planícies vizinhas foram deixados em seus lugares (2 Rs 25, 18-22).

No que se refere à datação dos episódios, o presente estudo optou por seguir a datação tradicional seguida Jonh Bright [31] e Garelli [32], os quais afirmam que a revolta de Judá começou no ano de 589 e durou até 587. Porém, a pesquisa também encontrou quem afirmasse que a revolta começou em 588 [33] e, durando apenas um ano e meio, terminou em 586. A opção aqui assumida tem um caráter didático, uma vez que o foco da pesquisa não é a controvérsia acerca da datação bíblica.

As tropas de Nabucodonosor deixaram Jerusalém em ruínas. Houve a destruição de todas as cidades fortificadas de Judá, com exceção de Negueb e de algumas poucas cidades. A população das cidades devastadas foi evacuada, muitos morreram nos campos de batalha, outros morreram de doenças e outros foram executados. Aqueles que sobreviveram, fugiram ou foram deportados. Os babilônios, diante deste despovoamento local, não trouxeram outros povos para habitar a região.

Na Palestina ficaram somente os camponeses pobres e incapazes de se organizarem politicamente para afrontarem a Babilônia (2 Rs 25,12; Jr 52,16). As cidades foram destruídas, a economia havia sido arruinada e a elite ou estava morta ou havia sido deportada. Judá entrou para o terceiro estágio de vassalagem babilônia, onde há uma definitiva ocupação militar do território; a dinastia vassala é eliminada; acaba-se com a autonomia política do

Estado que, a partir de então, passa a ser tratado como uma província; por fim, ocorre a deportação da elite nativa e o assentamento de uma elite estrangeira em seu lugar [34].

Os babilônios deixaram Godolias como governador do que restou da Judéia e a sede do governo passou para a cidade de Masfa (Mispa). Godolias era o prefeito do palácio de Sedecias e, nas palavras de Liverani, “o membro mais notável da família de Shafan e do partido filocaldeu na corte de Sedecias, junto dele se reuniram outros membros da elite que tinham sido deportados, entre os quais Jeremias, e juraram um pacto de colaboração formulado por Godolias, no sentido de sujeitar-se ao novo domínio, procurando sobreviver do melhor modo, perseguindo a retomada econômica e uma nova consolidação social (2 Rs 25, 24)” [35].

Não se sabe ao certo o tempo de duração do governo de Godolias. O certo é que Godolias foi assassinado traiçoeiramente por um membro da casa real chamado Ismael que teve o apoio do rei de Amon, cidade para onde fugiu após o assassinato (Jr 41,10). Esse evento gerou a fuga dos amigos de Godolias juntamente com Jeremias, para o Egito. Ocorreu ainda uma terceira deportação, em 582, provavelmente em represália aos eventos citados anteriormente (Jr 52,30).

A situação dos remanescentes de Judá é bem complicada, uma das poucas fontes que se tem do período é o livro das Lamentações que foi escrito não muito depois de 587/6. Um relato importante desta fonte se refere ao pagamento de tributos indiretos (Lm 5,4s), corvéia (Lm 5,13). O povo também estava sem proteção do poder estatal (Lm 5,9) e, por isso, eram vítimas de nômades salteadores e dos edomitas. Não se tem nada relatado sobre o sucessor de Godolias, o que permite supor que o cargo de governador tenha acabado com a morte de Godolias e que o território de Judá tenha sido anexado a província de Samaria, como informa Gunneweg [36].

3) Situação religiosa após segunda deportação

Não se tem muitos dados acerca de Judá nos 50 anos após 587, o que se pode presumir é que acalmada a situação os refugiados voltaram. No que se refere ao templo, este continuou, mesmo após ter sido incendiado, a ser um local sagrado e de peregrinação inclusive de pessoas do norte de Israel (Jr 41,5). Durante o período do exílio, houve um culto esporádico nas ruínas do templo, embora os homens justos que ficaram também lamentassem o ocorrido e sonhassem com a restauração do templo. Estes homens, contudo, por não terem liderança e nem apoio, não iniciaram a obra de restauração. Vale destacar que de acordo com os profetas deste período (Ez 33,24-29; Is 57,3-13; 65,1-5.11ss) o javismo daqueles pobres que permaneceram em Judá acabou por se contaminar com a influência de outras religiões, tal como ocorreu com o reino de Israel no norte desde a invasão assíria, em 721. Tudo isso corrobora para afirmar que no tocante a religião que “O verdadeiro centro de gravidade de Israel tinha temporariamente se deslocado da pátria” [37].

4) Os Profetas do Exílio

A queda de Jerusalém foi um golpe mortal no dogma da eleição e predileção divina de Sião enquanto morada terrena de YHWH e da incondicionabilidade da perenidade da dinastia davídica. Foi com base neste dogma que os judeus rejeitaram as admoestações proféticas de Jeremias. Os exércitos de Nabucodonosor derrubaram irreparavelmente essa teologia e a própria supremacia do Deus de Israel foi colocada em questão.

Diante dessa situação, Israel teve a forte tentação de abandonar a religião ancestral, afinal os “não-deuses” dos pagãos haviam derrotado o seu Deus Todo-poderoso e libertador (Jr 44,15-19; Ez 20,32). Entretanto, outros, diante da mesma calamidade, interpretaram-na como vontade de YHWH e dirigiram lamentações à justiça divina (Ez 18,2.25; Lm 5,7).

O risco de perder a fé foi ampliado quando os exilados entraram em contato com os grandes centros culturais de sua época. Este contato revelou a pequenez de Jerusalém em comparação com os templos magníficos dos deuses pagãos. A religião de Israel estava sendo seriamente provada e, diante da tragédia nacional, precisava de uma nova significação para não perecer.

A solução para esta crise foi encontrada na boca dos próprios profetas que a prenunciaram e viveram-na de perto: Ezequiel e Jeremias. Estes deram à tragédia uma explicação coerente apontada para a causa do desastre não a contradição de Deus, mas agir do povo que foi incoerente com a proposta de YHWH. O exílio foi assim entendido como castigo merecido e expurgo para a preparação de um novo futuro. Assim, ainda no exílio os profetas abriram caminho para a formação de uma nova comunidade marcada por três novas ações características: ênfase no repouso sabático, adesão à lei e a prática da circuncisão. A ênfase dada à lei é explicada pela causa da desgraça do povo apontada pelos profetas. A observância do sábado e da circuncisão são desdobramentos da referida ênfase na lei. No exílio, o sábado tornou-se sinal distintivo do judeu fiel, pois ele era entendido como teste de obediência à aliança. A circuncisão era um símbolo visível da pureza étnica.

Neste contexto emergem dois profetas que deram no exílio a força necessária ao povo para que os deportados não perdessem a esperança numa restauração futura. Esses profetas são o Dêutero-Isaías e Ezequiel.

4.1) Dêutero-Isaías

No que se refere à biografia do profeta Dêutero-Isaías, nada pode ser afirmado com segurança. Contudo, é comprovada pelo próprio relato bíblico que o profeta exerceu seu ministério entre os exilados babilônios, no período final do exílio, pois a Bíblia menciona Ciro (Is 45,1-8; 41,1-5; 48,12-15). Isso leva a crer, pelo conteúdo das referidas passagens, que essas profecias ocorreram entre os anos de 553, quando Ciro começa a despontar no cenário político como grande conquistador, e 539, quando Ciro subjuga a Babilônia.

Pode-se ainda afirmar que o Dêutero-Isaías é um extraordinário teólogo e inspirado poeta como pode ser comprovado pela leitura de seu livro. Os capítulos que compõem o seu livro (Is c.40-55) são um grande poema acerca do retorno do exílio, que é tratado como um segundo êxodo que “retoma o antigo, atualiza-o e eleva-o a novo nível histórico” [38]. Assim, esse segundo êxodo é transfigurado entre a recordação histórica e um anseio e anúncio. Assim, o Dêutero-Isaías é o profeta da consolação e esperança.

4.2) Ezequiel

O profeta Ezequiel era um sacerdote de Jerusalém (Ez 1,3). Ele faz parte do grupo dos deportados para Babilônia em 597. O seu ministério profético ocorreu entre os anos de 593 e 571. Seu livro apresenta doze datas seguras referentes ao ano da primeira deportação da população de Judá: quinto ano da deportação de Joaquin (Ez 1,2), sexto ano (Ez 8,1), sétimo ano (Ez 20,1), nono (Ez 24,1), décimo (Ez 29,1), décimo primeiro (Ez 26,1; 30,20; 31,1), décimo segundo (Ez 32,1; 33,21), vigésimo quinto (Ez 40,1) e vigésimo sétimo (Ez 29,17).

O profeta é vocacionado ao seu ministério no quinto ano do exílio do rei Joaquin (Ez 1,1-2), ou seja, em 593. O último texto datado do livro é Ez 29,17 que se refere ao fracasso de Nabucodonosor no cerco de Tiro. O profeta viveu, após a deportação em 597, em Tel Abib, junto ao rio Cobar, próximo a Nippur. Foi casado e tornou-se viúvo pouco tempo antes da queda de Jerusalém. Não há notícias de que teria tido filhos.

IV - Confrontação bíblica

Aqui estão selecionados alguns textos que revelam o estado de ânimo dos exilados na Babilônia. Esta análise começará pelos principais profetas citados anteriormente, Isaías (Is

40,27; 41,10; 49,14; 46,1-13; 47,1-15) e Ezequiel (Ez 37, 1-14) seguida da análise do Salmo 137. Nestas passagens, encontram-se não somente um quadro do estado de ânimo dos exilados como também a visão deles acerca do culto babilônio e do avanço de Ciro contra a Babilônia.

1) Is 40,27

Em Is 40,27 está contida uma queixa do povo que na situação exílica sente-se abandonado e esquecido por Deus. Este versículo antecede a mensagem de conforto e esperança, como se verá nos versículos seguintes (vv. 28ss), onde Deus interpela Jacó (personagem que indica o povo), para refutar a queixa expressa no v. 27, onde se afirma que a sorte do povo está oculta ao Senhor e que o próprio Deus ignora a causa do povo. Assim, conforme elabora Alonso Schökel [39], a queixa do povo remete àquela do tempo de Moisés (Nm 11) quando Deus se cansou do pecado e contumácia do povo (Ex 32,9 e Nm 14,11s). Porém, no caso atual, o povo foi lançado na Babilônia para que Deus não mais se ocupasse dele. Este versículo, assim, demonstra todo o cansaço do povo que não aguenta mais esperar por uma intervenção divina. O cansaço neste caso é duplo: de Deus, diante do pecado do povo, e do povo, que não sabe mais o que esperar. Esse duplo cansaço conjugado, “deita uma cortina sobre a história” e desta “resta apenas uma recordação nostálgica e amarga”, como escreve Alonso Schökel [40]. Essa queixa também imita as lamentações litúrgicas, segundo as quais Deus se oculta (Sl 38,10; 44,25; 89,47). Contudo, convém destacar que o povo continua invocando o nome do Senhor.

Simian Yofre [41] acrescenta que o grande problema dos exilados era o fato de que em meio à penúria haviam se esquecido de quem era Deus. Sendo assim, conforme dirá Ballarini [42], esse versículo permite que se penetre na psicologia daqueles que no exílio se encontram abatidos e desanimados.

2) Is 41,10

O v.10 do capítulo 41 está inserido na seção que vai de Is 41,1-42,17 onde são colocados os grandes temas do livro. A perícopes que faz parte a passagem começa no v.8 e se estende até o v.20, onde estão colocados uma série de oráculos de salvação. Neste sentido, Alonso Schökel [43] salienta que a palavra de Deus, no seu uso imperativo (“não temas”) tem o poder de vencer o grande inimigo do povo de Judá exilado: a angústia. Assim, a presença de Deus e a sua ajuda deviam tirar do povo exilado a sensação de angustia que lhes abatia e pesava na alma.

3) Is 49,14

A queixa apresentada pelo povo em Is 49,14 é algo constante entre os exilados. O profeta Dêutero-Isaías se aproveita dela para escrever uma das passagens mais belas da Sagrada Escritura que colocam em Deus atitudes maternas (Is 49,15-17). O v.14 apresenta o estado de ânimo dos exilados que estavam como uma matrona, uma mãe abandonada pelo marido, indefesa e incapaz de proteger seus filhos. Assim, Sião é a figura do povo estarecido diante do desamparo e da situação na qual estão os exilados: prisioneiros de guerra e solitários, sem Deus, e, portanto, desgraçados pela ausência do marido.

4) Is 46,1-13

O capítulo 46 de Isaías se situa numa disputa dos entre os deuses babilônios e o verdadeiro Deus. Neste sentido, Alonso Schökel [44] chama a atenção para a dupla tentação do povo exilado na Babilônia: a vitória dos deuses babilônios, refletida na guerra e na política, e o cansaço do Deus de Israel. Assim, o oráculo contrapõe a ação dos ídolos à ação de Deus. Essa argumentação se desenvolve em dois tempos: ser levados/levar (vv.1-4) e

inércia/atividade (vv.5-13). Neste ponto três verbos sinônimos adquirem importância: carregar ('ms), levar (n's) e transportar (sbl). Stuhlmueller [45] lembra que o verbo levar (n's) na bíblia frequentemente tem um sentido de terno cuidado (Is 40,11; Ex 19,4; Dt 32,11; Sl 91,2) e o verbo transportar (sbl) transmite a ideia de adoção legal, quando em uma cerimônia a criança era colocada ao colo, próximo aos órgãos genitais (Gn 30,3).

A grande crítica presente neste capítulo é quanto à impotência dos deuses babilônios que são incapazes de carregar o povo, uma vez que as próprias divindades precisam ser levadas por bestas de carga, tal como ocorre nas procissões e, segundo o profeta, ocorrerá a fim de salvarem-se no caminho do exílio.

Nesta passagem, como lembra Alonso Schökel [46], é retomada a queixa feita por Moisés em Nm 11, onde este reclama de já ter carregado (n's) bastante o povo e de não ser nem a mãe e nem a ama-seca do mesmo. Por isso, o Senhor afirma já ter carregado o povo (Ex 19,4) desde o nascimento e se dispõe a carregá-lo até a velhice, uma vez que Deus não se cansa.

Ainda acerca da períclope, Simian Yofre enfatiza que a crítica do profeta não se refere à "incapacidade física de falar dos ídolos de madeira" [47], pois esta era bastante óbvia. A grande crítica se refere ao fato destes deuses serem incapazes de compreender a história das nações, uma vez que eles estão ausentes desta. A intervenção do Senhor na história está manifesta na convocação de um homem para cumprir o seu desígnio (v.11).

Nos vv.5-7, a crítica do profeta se dirige ao fato de que não são os deuses quem dão as riquezas, mas sim são elas que fabricam os deuses. O v.8 faz uma crítica ao povo que por não crer acaba também por não esperar. O convite feito por Deus ao povo, no v.9, para recordar, não é um gesto nostálgico, mas sim uma revisão da fidelidade de Deus que já atuou antes na história do povo e tem poder para atuar na situação na qual o povo se encontrava. Desta maneira, a recordação deve ser entendida sob a ótica da predição e do cumprimento. A ação de Deus, assim, move-se em dois planos: o anúncio de antemão e o cumprimento do anúncio. Esse é o diferencial entre Deus e os ídolos: o Senhor cumpre (qwm) sua palavra. O v.11 faz uma alusão ao avanço rápido de Ciro que atua tal como um abutre.

5) Is 47

O c.47 de Isaías é um ótimo exemplo do sentimento dos exilados em relação aos seus opressores. Este oráculo do profeta é uma sátira contra a orgulhosa e dominadora babilônia que tão logo será abandonada por seus deuses. Neste capítulo o profeta apresenta quarenta novas palavras que não mais aparecerão em seu escrito [48].

O v.5 apresenta uma série de três imperativos que indicam que a soberana, jovem ou virgem, Babilônia irá se ocupar dos trabalhos de uma escrava. O versículo também aponta para o fato de que na Babilônia, de virgem, só lhe restará a esterilidade, pois ela que se achava intocada e jamais conquistada não será mais assim. De acordo com o profeta, a Babilônia será como a rainha que perdeu o trono. Este versículo também apresenta o título internacional pelo qual são conhecidos os babilônios: caldeus. Este título faz alusão ao povo semita que migrou por volta do ano 1000 a.C. e fundou a dinastia que governava o império. O versículo também apresenta imagens de uma liturgia fúnebre acerca da cidade.

Dos vv. 6 a 11 vêm descritas as causas da ruína de Babilônia: não ter tido piedade dos exilados (v.6), ter se igualado à divindade (v.7), achar-se perene (v.7), ser orgulhosa (v.10) e ter se fiado na sua própria sabedoria (v.10). Neste sentido, o profeta faz questão de enfatizar que o exílio foi um castigo divino e não mera derrota humana e que o delito da Babilônia não foi ser instrumento do castigo divino, mas ter extrapolado no exercício de sua missão. Os castigos prometidos à Babilônia remetem às desgraças femininas da antiguidade: a viuvez e a esterilidade (v.9). Convém destacar a ocorrência da frase: "ninguém me vê" típica dos ímpios e do ateísmo prático (Sl 10,4; 73,11; 94,7; Eclo 16,17-23). Essa atitude de Babilônia é

partilhada por outras potências que entendiam a astúcia, principalmente a de caráter mágico, como sinônimo de sabedoria. Neste sentido, a punição sofrida irá ferir exatamente essa confiança no saber, que não permite prever o que irá acontecer. A arrogância de Babilônia a impede de prever a desgraça que lhe irá acontecer.

Entre os vv.12-15 há uma referência às práticas religiosas de Babilônia: sortilégios e encantamentos (v.12), conjuras e culto aos astros para predição (v.13). Neste sentido, há uma crítica à atividade burocrática de predição mensal baseada na astrologia, que era uma especialidade babilônica. O profeta assim mostra a inutilidade da magia babilônica (v.14). O v. 15 destaca que até mesmo os povos que tinham relações comerciais com a Babilônia, vendo a ruína e declínio desta e não mais podendo tirar-lhe algum proveito, irão abandoná-la.

6) Ez 37,1-14

Ez 37,1-14 é uma das passagens mais conhecidas deste livro profético. Alonso Schökel [49], assim como Boadt [50] (com poucas diferenças), divide a passagem em duas partes: uma visão (vv.1-11) e uma parábola (vv.12-14). A passagem da visão para a parábola é articulada pela da queixa do povo apresentada pelo v.11. E é o próprio profeta que dá o significado exato da visão e manifesta a situação espiritual na qual o oráculo é pronunciado.

O vale da passagem (v.1) é o vale do Rio Cobar (Ez 1,1; 3,22-23). Esse território era habitado por desterrados, os quais o profeta considera como “ossos secos” ou nas palavras de Ballarini: “montes de pessoas, destituídas de força e vigor, descarnados pela miséria, pela humilhação e pela desconfiança” [51].

É possível como afirmam alguns comentadores [52], que a imagem do vale de ossos (v.1) seja algo que já estivesse presente na mente do profeta, quando, por ocasião da deportação de 597, ele atravessou o deserto e viu os corpos decompostos e expostos, devido a guerra que impedia o sepultamento dos mesmos. Porém, esse símbolo é mais bem compreendido em vista da resposta de Deus à queixa do povo. Assim, é significativo o fato de que, na visão, o vale esteja repleto de ossos secos, que conotam a falta de esperança do povo. Convém destacar que diante do problema da vida e da morte, Ezequiel, mesmo sendo sacerdote, com o gesto de percorrer o vale em todos os sentidos, minimiza a questão da pureza ritual no que se refere à questão do contato com os mortos.

A palavra ossos aparece oito vezes no texto (vv.2.3.4.7.11), assim como o termo espírito (ruah), no singular (vv. 1.5.6.8.9.10.14). Essa repetição de elementos contrastantes visa opor o dinamismo puro e a inércia do homem. A palavra de Deus, pronunciada pela boca do profeta, dirige e canaliza o dinamismo em dois tempos: um primeiro acompanhado de uma tempestade teofânica e um segundo.

A pergunta feita por Deus no v.3 e a resposta do profeta vem demonstrar a impotência do homem no campo do saber. O homem nada é e nada sabe se Deus não lhe der o ser e não lhe revelar. Sendo assim, o retorno dos ossos (israelitas) à vida (pátria) é uma obra que depende totalmente da vontade e do poder de Deus. Somente ele sabe fazer o que humanamente é impossível.

O processo de restituição de vida nos ossos descrito no v.9 imita a criação do livro do Gênesis, onde primeiro se modela o homem para depois infundir nele o alento. Em Ezequiel, porém, o ponto de partida são os ossos e o vento é soprado sobre os cadáveres e não sobre o barro. Isso implica em afirmar que, na profecia de Ezequiel, Deus está dando nova vida, está recriando o seu povo, por isso a alusão ao Gênesis é discreta. O espírito que vem dos quatro ventos (v.9) significa a plenitude do espírito, ou seja, a convergência dos quatro pontos cardeais.

O v.11 é o eixo que liga a primeira e segunda parte da perícopes, fazendo com que os ossos passem do anonimato à identificação com a casa de Israel. Somente após essa identificação que o profeta dirige o oráculo à Israel respondendo-lhe a sua lamentação. O

simbolismo da morte é então mantido, porém não mais com a imagem dos ossos secos, mas com a imagem dos túmulos. Ainda neste versículo, Deus serve-se da metáfora que expressa o desespero do povo para dar uma resposta à altura da queixa aproveitando-se da própria imagem dada pelo povo. Assim, o profeta, nesta etapa do seu ministério, está lutando contra o desespero do povo. Daí a utilização da imagem dos ossos secos. Ela é o ponto central da visão e do oráculo. Os ossos são a casa de Israel, o Povo de Deus enquanto totalidade e entidade religiosa.

Por sua vez, os vv.12 e 13 tratam Israel como povo pertencente a Deus, fato que, além de desfazer a distância transmitida pelo v.11, implica em uma pertença mútua, que evoca a aliança entre Deus e Israel. Essa aliança é possível graças à infusão do espírito de Deus em seu povo (v.14) a qual abre, também, a possibilidade de vida e de comunhão com Deus.

Entre os vv.12 e 14 há uma nova metáfora para a morte que agora é simbolizada com a imagem do túmulo. O v.14 insiste no tema da vida que Deus deseja para o povo. Neste sentido, enfatiza-se que Deus é o senhor da história que o profeta transmite por meio da palavra de Deus.

O texto como um todo procura mostrar que a palavra profética é eficaz. Essa eficácia, porém, não ocorre por causa do profeta, mas porque a palavra transmitida pertence a Deus, cuja palavra é eficaz por natureza. O profeta é apenas instrumento do agir de Deus. Esse fato é importantíssimo para a consolação do povo, haja vista que a palavra profética é a única coisa que restou ao povo para se fiar no exílio, uma vez que já não mais possuíam nem pátria, nem rei e nem templo. Isso explica a insistência na eficácia da Palavra de Deus revelada no v.14. A visão de Ez 37,1-14 mostra que o profeta precisa lutar contra o desânimo e o desalento, em que o povo se achava no exílio.

7) Salmo 137

Este salmo inspira o título do estudo e transmite ao seu leitor a impressão exata do que se passava no coração dos exilados. Nos vv.1-2 há um contraste entre a paisagem encantadora dos canais da Babilônia, que causavam admiração aos visitantes e orgulho aos nativos, com o estado de ânimo dos deportados judeus, que teoricamente deviam ficar fascinados com a paisagem, uma vez que eles residiam em regiões áridas, mas contrariamente lamentavam ao toque de suas harpas a situação em que se encontravam. Não estavam somente longe de sua pátria, mas também da experiência de Deus, vivida outrora nos festejos no Templo. Essa situação ficava ainda mais pesada diante da dúvida de um possível abandono definitivo da parte de Deus em relação ao seu povo. O poeta e o povo sentiam que a mão de Deus pesava sobre eles, por isso os seus gestos lembram uma situação de luto (cf. Ez 27,30-31; Lm 2,10; Jn 3,6). O v. 1 também mostra o costume dos babilônios de enviarem os deportados para regiões próximas à capital do império (cf. Ez 1,1.15).

A exigência dos opressores, que pedem um canto de Sião (vv.3-4), é ofensiva aos porque os cantos de Sião são cantos ao Senhor, que seguem, contrariando a Ezequiel (Ez 10,18-22; 11,22-25), vinculados a Jerusalém. Deste modo, Jerusalém se identifica com Sião e os cantos de Sião se identificam com os cantos de YHWH o qual permanece em Sião. Por isso, que cantar os cantos de Sião em uma terra estrangeira equivaleria a uma profanação, pois nestas terras outros deuses imperam e são adorados. Um canto de Sião (v.3) é uma referência zombeteira dos conquistadores às canções que glorificavam à Sião, agora em ruínas. Os opressores queriam que os exilados fizessem um papel de “espancados contentes” [53]. Neste sentido, a resposta dos exilados no v.4 demonstra seu sentimento interior e sua indignação diante de tal pedido, que é uma afronta direta ao próprio Deus.

Nos vv.5-6 são apresentados juramentos de fidelidade em forma de impreciação condicionada sobre si mesmo. A imagem aqui é a da paralisia e da mudez. Para o poeta, nada se compara a visão da pátria amada. Jerusalém é entendida como a cidade onde Deus habita.

Os verbos secar e esquecer (v.5) são idênticos na forma. Neste sentido, secar seria o mesmo cessar a sua função, tal como ocorre ao colar a língua ao paladar (v.6). Essas imprecações contra si mesmo referem-se à alegria advinda da música por isso, elas recaem sobre a utilização dos instrumentos de corda que não podem ser tocados com a mão direita ressecada, e quanto ao cantar, algo impossível de se fazer com a língua colada ao paladar. Neste sentido, o orante e consciente de que não dá para alegrar-se em uma terra estrangeira. Babilônia não é o lugar do Povo de Deus. Ainda que o canto não fosse proibido aos exilados; ainda que a situação deles não fosse tão pesada; fora de Sião eles não tinham como se alegrar.

No v. 7, encontra-se uma imprecação contra os edomitas que traíram seus vizinhos judeus e aliaram-se aos babilônios na tarefa de destruir Jerusalém (Lm 4,21; Ab 10-14; Ez 25,12; 36,5). Assim, nos vv. 8-9 encontram-se duas bem-aventuranças vingativas: uma contra Edom (v.8) e outra, a mais cruel, contra a devastadora Babilônia (v.9) que para o salmista devia ser devastada até a raiz.

Convém ressaltar que o arroubo emotivo do último verso, no qual os exilados desejam o fim da descendência dos opressores, não é um programa de ação, mas tão somente uma lírica que desabafa sentimentos de revolta reprimida. A prática expressa no v.9 era comum nas guerras do antigo Oriente Próximo (Is 13, 16; Os 13,16; Na 3,10) e provavelmente foi realizado pelos conquistadores babilônicos. Sendo assim, o salmista espera que seu povo um dia possa devolver o mal recebido. Este pensamento é próprio da teoria da retribuição que permeia todo o AT.

Conclusões:

A pesquisa afastou o lugar comum de pensar o exílio babilônio como algo análogo à escravidão de que os hebreus foram vítimas no Egito. O estudo demonstrou que os exilados de Judá gozavam de liberdades comuns aos cidadãos babilônios. Tinham liberdade de culto. Podiam organizar-se comunitariamente. Não eram escravizados. O único fato que lhes limitava a liberdade era a ausência do direito de retornarem à sua pátria.

Neste sentido, os escritos bíblicos deste período trazem mais um retrato do ânimo do povo exilado que a sua real situação. Assim, é possível afirmar com Herbert Donner que “Os sofrimentos dos exilados eram interiores e não se baseavam em suas condições de vida” [54]. O estudo, ao tratar da invasão persa à Babilônia, demonstrou que Ciro era o depositário das esperanças tanto do povo judeu quanto dos próprios babilônios que se viram livres do rei Nabonido, tido como impiedoso pelos sacerdotes de Marduk.

Enfim, “é preciso não subestimar o papel do cativo de Babilônia. A ele deveu Israel, em todos os domínios, essa profunda reflexão sobre si e essa espiritualização que permitiram recobrir de carne viva os ossos dessecados dos mortos do deserto” [55]. Afinal, o período do exílio deu início a uma nova formulação da fé que se desenvolveu no chamado judaísmo do segundo tempo e deixou marcas que aparecem ao longo de toda Sagrada Escritura.

Notas bibliográficas:

[1] LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.p.282.

[2] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.128.

[3] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.129.

[4] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.129.

[5] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.130.

- [6] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.129.
- [7] Cf: WIÉNER, Claude. *O Dêutero-Isaías: O profeta do novo êxodo*. 2ed. São Paulo: Paulinas, 1984.p.60.
- [8] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.131.
- [9] LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.p.283.
- [10] GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.127s.
- [11] LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.p.284.
- [12] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.136.
- [13] Cf: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Sociedades do antigo Oriente Próximo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. p.50.
- [14] GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.243.
- [15] GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.244.
- [16] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.131s.
- [17] GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.210.
- [18] CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Deuses, múmias e ziggurats: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.88.
- [19] CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Deuses, múmias e ziggurats: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.88.
- [20] Cf: NOVO COMENTÁRIO BIBLICO SÃO JERÔNIMO: *Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Academia Cristã Ltda; Paulus, 2007.p 678.
- [21] WIÉNER, Claude. *O Dêutero-Isaías: O profeta do novo êxodo*. 2ed. São Paulo: Paulinas, 1984.p.60.
- [22] CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Deuses, múmias e ziggurats: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.90.
- [23] CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Deuses, múmias e ziggurats: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.99.
- [24] Cf: WIÉNER, Claude. *O Dêutero-Isaías: O profeta do novo êxodo*. 2ed. São Paulo: Paulinas, 1984.p.32.
- [25] GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982. p.133.
- [26] Cf: BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p. 414.
- [27] LIVERANI, Mario. *Para além da bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola: Paulus, 2008. p.270.
- [28] Cf: GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica; Loyola, 2005. p.213.
- [29] Cf: LIVERANI, Mario. *Para além da bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2008. p.269.
- [30] Cf: DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.437.
- [31] Cf: BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p. 396.

- [32] Cf: GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.126.
- [33] Cf: DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.440; GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica; Loyola, 2005. p.201.
- [34] Cf: DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.343.
- [35] LIVERANI, Mario. *Para além da bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2008. p.242.
- [36] Cf: GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica; Loyola, 2005. p.207.
- [37] BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p. 413.
- [38] ALONSO SCHÖKEL, L.; SICRE DIAZ, J. L. *Profetas I: Isaías, Jeremias*. São Paulo: Paulinas, 1988.p. 271.
- [39] Cf: ALONSO SCHÖKEL, L.; SICRE DIAZ, J. L. *Profetas I: Isaías, Jeremias*. São Paulo: Paulinas, 1988.p. 289.
- [40] ALONSO SCHÖKEL, L.; SICRE DIAZ, J. L. *Profetas I: Isaías, Jeremias*. São Paulo: Paulinas, 1988.p. 289.
- [41] Cf: MIGUEL GARCIA, Salvador; SANTIAGO OPORTO, Guijarro. *Comentário ao Antigo Testamento II*. São Paulo: Ave Maria, 2004. p.75.
- [42] Cf: BALLARINI, P. Teodorico. *Introdução à Bíblia*. v. II/3. Petrópolis: Vozes, 1977. p.172.
- [43] Cf: ALONSO SCHÖKEL, L.; SICRE DIAZ, J. L. *Profetas I: Isaías, Jeremias*. São Paulo: Paulinas, 1988.p.292.
- [44] Cf: ALONSO SCHÖKEL, L.; SICRE DIAZ, J. L. *Profetas I: Isaías, Jeremias*. São Paulo: Paulinas, 1988.p. 314.
- [45] Cf: NOVO COMENTÁRIO BIBLICO SÃO JERÔNIMO: *Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Academia Cristã Ltda; Paulus, 2007.p 678.
- [46] Cf: ALONSO SCHÖKEL, L.; SICRE DIAZ, J. L. *Profetas I: Isaías, Jeremias*. São Paulo: Paulinas, 1988.p.315.
- [47] MIGUEL GARCIA, Miguel; SANTIAGO OPORTO, Guijarro. *Comentário ao Antigo Testamento II*. São Paulo: Ave Maria, 2004. p.83.
- [48] Cf: NOVO COMENTÁRIO BIBLICO SÃO JERÔNIMO: *Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Academia Cristã Ltda; Paulus, 2007.p 678; BALLARINI, P. Teodorico. *Introdução à Bíblia*. v. II/3. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 177.
- [49] Cf: ALONSO SCHÖKEL, L.; SICRE DIAZ, J. L. *Profetas II: Ezequiel, doze profetas menores, Daniel-Baruc-Carta de Jeremias*. São Paulo: Paulinas, 1991.p.846.
- [50] Cf: NOVO COMENTÁRIO BIBLICO SÃO JERÔNIMO: *Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Academia Cristã Ltda; Paulus, 2007.p. 653.
- [51] BALLARINI, P. Teodorico. *Introdução à Bíblia*. v. II/3. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 417.
- [52] Cf: ASURMENDI, J. M. *O Profeta Ezequiel*. São Paulo: Paulinas, 1985.p.66; NOVO COMENTÁRIO BIBLICO SÃO JERÔNIMO: *Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Academia Cristã Ltda; Paulus, 2007.p. 653.
- [53] MIGUEL GARCIA, Salvador; SANTIAGO OPORTO, Guijarro. *Comentário ao Antigo Testamento II*. São Paulo: Ave Maria, 2004.p.514.
- [54] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.435.
- [55] GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo Asiático: Impérios Mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed.: Ed. da USP, 1982.p.138.